

*die Negation eines unmittelbar Vorhandenen*)<sup>19</sup> Ou, nas palavras de Schelling: “Em última e máxima instância, não há outro Ser senão a Vontade”<sup>20</sup> — uma atitude que encontrou o seu climático e malogrado final na “Vontade de Potência”, de Nietzsche.

Iremos ao mesmo tempo acompanhar um desenvolvimento paralelo na história da Vontade segundo o qual a volição é a capacidade interna pela qual os homens decidem sempre “quem” eles vão ser, sob que forma desejam se mostrar no mundo das aparências. Em outras palavras, é a vontade, cujo tema é sempre um projeto, e não um objeto, que, em certo sentido, cria a *persona* que pode ser reprovada ou elogiada, ou, de qualquer modo, que pode ser responsabilizada não somente por suas ações, mas por todo o seu “Ser”, o seu caráter. As noções marxistas e existencialistas — que desempenham um papel tão destacado no pensamento do século XX e que fazem crer que o homem é o seu próprio produtor e criador — baseiam-se nessas experiências, embora seja claro que ninguém jamais tenha “criado” a si mesmo ou “produzido” a sua existência; esta, penso eu, é a última das falácias metafísicas, que corresponde à ênfase que a Era Moderna faz recair sobre a vontade como substituta do pensamento.

Concluiremos o segundo volume com uma análise da faculdade do juízo. Aqui, a principal dificuldade será a curiosa escassez de fontes que possam fornecer um testemunho insuspeito. Esta faculdade só se tornou um grande tópico de um grande pensador com o advento da *Crítica do juízo*, de Kant.

Procurarei mostrar que minha hipótese principal, ao isolar o juízo como uma capacidade distinta de nossos espíritos, foi a de que os juízos não são alcançados por dedução ou por indução; em suma, eles não têm nada em comum com as operações lógicas — como é o caso quando dizemos: todos os homens são mortais, Sócrates é um homem, logo Sócrates é mortal. Estaremos à procura do “sentido silencioso” que, quando chegou a ser tratado, foi sempre pensado, mesmo em Kant, como “gosto”, e, portanto, como pertencente ao campo da estética. Nas questões práticas e morais o juízo foi chamado de “consciência”, e a consciência não julgava; ela dizia, como voz divina de Deus ou da Razão, o que fazer, o que não fazer e do que se arrepender. O que quer que seja a voz da consciência, não se pode dizer que ela seja “silenciosa”, e sua validade depende totalmente de uma autoridade que está acima e além de todas as leis e regras meramente humanas.

Em Kant, o juízo emerge como “um talento peculiar que somente pode ser praticado, e não ensinado”. O juízo lida com particulares, e quando o ego pensante que se move entre generalidades emerge da sua retirada e volta ao mundo das aparências particulares, o espírito necessita de um novo “dom” para lidar com elas. Kant acreditava que “uma pessoa tacaña ou obtusa... pode de fato ser treinada pelo estudo, até mesmo chegar ao ponto de se tornar erudita. Mas como geralmente ainda falta o exercício do juízo a tais pessoas, é comum encontrar-se homens cultos que, na aplicação do seu conhecimento científico, traem-se e revelam aquela falta original que jamais pode ser compensada.”<sup>21</sup> Em Kant, é a razão, com as suas “idéias regulativas”, que vem em socorro do juízo. Mas se a faculdade é uma faculdade do

espírito separada das outras, então teremos que lhe atribuir o seu próprio *modus operandi*, a sua própria maneira de proceder.

Isso tem certa relevância para todo um conjunto de problemas que assombra o pensamento moderno, e em especial para o problema da teoria e da prática, bem como para qualquer tentativa de chegar a uma teoria razoavelmente plausível da ética. Desde Hegel e Marx essas questões têm sido tratadas na perspectiva da história e sob a hipótese de que existe realmente isso a que se chama Progresso da raça humana. Finalmente, ficaremos com a única alternativa possível para essas questões — ou bem dizemos com Hegel: “*Die Weltgeschichte ist das Weltgericht*”, deixando ao Sucesso o juízo final, ou bem mantemos, com Kant, a autonomia dos espíritos humanos e sua possível independência das coisas tais como são ou como vieram a ser.

Aqui teremos de nos ocupar, e não pela primeira vez, do conceito de história. Mas talvez possamos refletir sobre o significado mais arcaico dessa palavra que, como tantos outros termos da nossa linguagem política e filosófica, é de origem grega e derivada de *historein*, inquirir para poder contar como foi — *legein ta eonta*, em Heródoto. Mas a origem desse verbo é uma vez mais Homero (*Ilíada*, XVIII), onde aparece o substantivo *histor* (“historiador”, por assim dizer), e o historiador homérico é o *juiz*. Se o juízo é a nossa faculdade para lidar com o passado, o historiador é o homem que indaga sobre esse passado e que, ao relatá-lo, preside ao seu julgamento. Se assim for, poderemos reclamar para nós nossa dignidade humana, resgatá-la, por assim dizer, da pseudo-divindade chamada História na Era Moderna, sem negar a importância da história, mas negando-lhe o direito de ser o último juiz. O velho Catão, com quem dei início a estas reflexões — “nunca estou menos só do que quando a sós comigo mesmo, nunca estou mais ativo do que quando nada faço” —, deixou-nos uma frase curiosa que resume adequadamente o princípio político implícito na empresa de recuperação. Disse ele: “*Victrix causa deis placuit, sed victa Catoni*” (“A causa vitoriosa agradou aos deuses, mas a derrotada agrada a Catão”).